

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA FRENTE À UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

Inês dos Santos Silva¹

Aldo Duran Gil²

Resumo: Esse trabalho busca analisar a relação da iniciativa brasileira através da política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e o desenvolvimento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no período 2003-2010. Integração e desenvolvimento regionais, cooperação e conflito, entre outros temas correlatos, são também analisados. Além disso, como se trata de uma instituição recém criada e em vias de consolidação, outros aspectos são explorados como, por exemplo, os que proporcionaram alterações no sistema internacional, sobretudo, para a América Latina e especificamente para o Brasil e a América do Sul. Nesse contexto, indagar-se-á se o Brasil assumiu um papel de líder regional e potência emergente, contribuindo com a reconfiguração das relações internacionais contemporâneas em relação à região em foco.

Palavras-chave: Política externa, governo Lula, UNASUL, integração regional, Brasil.

Abstract: This paper aims to analyze the relationship between the Brazilian initiative through the foreign policy of the government of Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) and the development of the Union of South American Nations (UNASUR) in the period 2003-2010. Regional integration and development, cooperation and conflict, and several related topics, are also analyzed. Moreover, as it is a new institution and in the process of consolidation, other aspects are explored, such as elements that cause changes in the international system, mainly for Latin America and specifically Brazil and South America. In this context, this study will enquire whether Brazil has assumed a role of regional leader and emerging power, contributing to the reconfiguration of contemporary international relations regarding the region in focus.

Key-words: Foreign policy, Lula government, UNASUR, regional integration, Brazil.

¹ Graduanda do curso de Relações Internacionais – Instituto de Economia (IE), Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 212, Uberlândia, MG. CEP: 38408-100; e-mail: inesdos.santos@yahoo.com.br

² Orientador, Sociólogo e Cientista Político, Professor Adjunto do Instituto de Ciências Sociais (INCIS), Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila, 212, Uberlândia, MG. CEP: 38408-100; e-mails: aduran@incis.ufu.br, adurang@yahoo.com

Introdução

O desenrolar de uma nova ordem mundial é percebido ao final do século XX. Sobretudo, o colapso da União Soviética e da era bipolar, a ascensão do capital financeiro e o triunfo do neoliberalismo, bem como da globalização, deixam em evidência a hegemonia dos Estados Unidos. Entretanto, é possível perceber a existência de uma tendência à multipolaridade, com um cenário internacional caracterizado pela ascensão de potências emergentes como a China e, mais recentemente, Coreia do Sul, Índia, Rússia e Brasil.

A apreensão de tal contexto é, pois, fundamental para que as estratégias de inserção internacional utilizadas por cada Estado sejam traçadas. Segundo Barrios (2011: p. 10) “a estratégia é uma práxis dirigida e orientada”. Dessa forma, a política externa brasileira voltada para a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no que tange ao período de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) constituiu-se de modo enfático à busca pela integração regional como estratégia de projeção internacional através do regionalismo focado na América do Sul. De acordo com Couto (2009: p. 17):

A projeção internacional de um país deve ser precedida pela identificação de seus interesses nacionais. Identificar esses interesses segundo Celso Lafer, é “um problema prático e um exercício diário da representação da identidade coletiva de um país”. [...] O Brasil, no curso de sua atuação internacional, utilizou-se de diferentes referências regionais que forneceram distintas plataformas para a articulação de seus movimentos no continente americano e no mundo. Essas referências regionais, que fazem parte da identidade internacional do país, remetem a conceitos diferentes, muitas vezes dissonantes, e refletem percepções distintas do arranjo regional e da inserção do Brasil nesse contexto.

Para que isso seja elucidado, primeiramente, atenta-se para um estudo histórico das tentativas de integração regional na América Latina, com o intuito de buscar as linhas de desenvolvimento da atual projeção sul-americana. Depois, existe uma preocupação em analisar a política externa brasileira, em linhas gerais, a fim de buscar elementos que contribuíram ou não para o avanço da integração na América do Sul, além de identificar possíveis interesses do Estado brasileiro perante esse processo.

Finalmente, o período Lula é posto em evidência com o ensejo de analisar-se mais profundamente a ordem internacional contemporânea.

1. A integração regional na América Latina: breve histórico

A história da América Latina é marcada pela submissão aos domínios espanhóis e portugueses, até que as colônias buscassem a luta pela emancipação, no século XIX. Sobre isso, afirma Pinto (2010: p. 16 *apud* SOUZA, 2010):

O processo desordenado e individualista de formar países consolidou a fragmentação inicial da região, frustrando assim os diversos planos integradores esboçados desde o início do processo de independência. Essa divisão da América Latina deixou a região dependente economicamente e vulnerável aos fatores externos. Questões políticas, econômicas, comerciais e culturais sofreram influência dos grandes centros mundiais.

Simón Bolívar foi o primeiro a pensar na inserção internacional da América Latina de maneira autônoma vis-à-vis a construção de uma comunidade cultural hispano-americana. Segundo Broesner (2011: p. 23 *apud* BARRIOS, 2011):

En contra del concepto unilateral e hegemónico contenido en la Doctrina Monroe, el Libertador Simón Bolívar planteó el principio de solidaridad de todos los países latinoamericanos en un plano de igualdad y la seguridad colectiva como fórmula de defensa común contra agresiones emanadas desde dentro o fuera de la región. El pensamiento bolivariano rechazaba las hegemonías; para él, los pueblos hispanoamericanos debían adoptar mecanismos multilaterales para que, unidos y en perfecta igualdad de condiciones, garantizaran su seguridad y progreso.

Já Barrios sustenta que (2011: p. 26): “hay que luchar por una nueva unión que tenga como matriz la cultura hispanoamericana. Una nueva unión bajo el consentimiento de toda Hispanoamérica incluye al Brasil portugués”. Entretanto, as ideias embrionárias do pan-americanismo bolivariano foram substituídas pelos movimentos individuais de independência.

O pan-americanismo aos poucos foi, portanto, perdendo força devido à carência de uma identidade comum dos próprios países hispano-americanos. E o Brasil, mesmo sendo de colonização portuguesa, isso não foi diferente. De acordo com Couto (2009: p. 26):

[...] na medida em que a sociedade brasileira e o desafio de inserção internacional do país foram se tornando mais complexos, [...] um projeto desenvolvimentista em curso e com profundas mudanças na arena internacional trazidas pelos dois conflitos mundiais e pela Guerra Fria, o Brasil foi buscar uma nova referência regional a partir da qual pudesse projetar suas ações de política externa no continente e no mundo. Essa referência seria encontrada na unidade latino-americana, que ganhou força a partir dos anos 1950 e 1960.

O papel do latino-americanismo no andamento dos processos de integração regional foi desempenhado, sobretudo, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948. O incentivo à integração tinha o intuito de alcançar mudanças nas condições de subdesenvolvimento latino-americanas, marcadas pela divisão internacional do trabalho clássica e extrema dependência das economias centrais. O regionalismo até então difundido pela complementaridade entre centro e periferia era fechado e dependente. Assim, afirma Couto (2009: p. 27):

De acordo com as teses defendidas por Raul Prebisch, a depreciação dos termos de troca entre os países subdesenvolvidos e periféricos com o centro desenvolvido impunha grandes obstáculos ao desenvolvimento dos primeiros. Isso justificava a adoção de medidas protecionistas e consubstanciava as demandas dos países latino-americanos por ajuda internacional dos países centrais. Esse tipo de recomendação invariavelmente colocava os EUA e a América Latina em posições opostas nas negociações internacionais, o que acabava reforçando o entendimento de uma identidade latino-americana.

E ainda (*Ibid*: p. 29):

A identificação entre os países latino-americanos intensificou-se principalmente em torno de um discurso reivindicatório. A identidade comum no afã desenvolvimentista, além da contiguidade geográfica e do passado colonial e cultural próximos, conferia certa unidade à região que passou a fazer sentido tanto para os países que a conformam como para os demais atores que passaram a reconhecê-la. No entanto, as singularidades e os diferentes papéis representados por suas partes no palco mundial permaneciam vivos e seriam centrais na sua desconstrução.

A fim de buscar reconfigurar o paradigma clássico da divisão internacional do trabalho entre economias centrais e periféricas, a CEPAL irá fomentar o desenvolvimento da integração por meio do comércio intrarregional, bem como da

adoção do modelo de substituição de importações, com o intuito de deixar mais simétricos os ganhos obtidos através do comércio internacional. Sobre isso Vigevani (2010: p. 19 *apud* SOUZA, 2010) argumenta:

Desde 1953, a CEPAL reconheceu a necessidade de incrementar o comércio intrarregional, cuja premissa seria a redução ou a eliminação das tarifas alfandegárias que aparentemente o limitavam. Em 1956 a CEPAL criou um Comitê de Comércio, cuja finalidade era de estudar as questões que entravavam o comércio regional e discutir seu papel como elemento de desenvolvimento. A CEPAL sugere então, não apenas uma área de livre comércio, mas a perspectiva de um regime tarifário comum frente ao restante do mundo, considerada a possibilidade oferecida pelo GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que aceitava em suas regras uma união alfandegária.

Nos anos 1960, surge então a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), tendo como signatários originários Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Posteriormente, aderiram Colômbia, Equador, Venezuela e Bolívia. Segundo Souza (2010: p. 21): “o novo bloco tinha como pressuposto básico que o livre comércio intrabloco seria benéfico para todos. Neste período eram encaminhados projetos tanto para a integração sub-regional, quanto para toda a América Latina”. E ainda, para Couto (2009: p. 28):

O suporte teórico defendia que o desenvolvimento estimulado por um processo de substituição de importações implicava importações crescentes de bens de produção. Para não se depararem com o problema da indisponibilidade de divisas externas, as exportações deveriam ganhar força. Como os produtos primários não têm uma demanda bastante elástica, a resposta viria da exportação de produtos manufaturados por meio do fortalecimento do comércio intrarregional.

Contudo, o desenvolvimento do processo de integração que tem em suas origens o caráter econômico-comercial não foi seguido com êxito em vários momentos da história latino-americana. Além de diversas assimetrias econômicas, segundo Couto, essa tentativa de integração não leva em conta que as economias da América Latina são, em boa medida, concorrentes entre si. Nos anos 1980, é criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) com propostas mais flexíveis que a ALALC, mas que também fracassaram devido à intensa desigualdade entre países pequenos e médios, dificultando a propensão a acordos.

Nos anos 1990, as diversas alterações ocorridas no cenário internacional irão reconfigurar as perspectivas integracionistas latino-americanas, movimento que, conforme Souza, a CEPAL denominou de “regionalismo aberto”, ou seja, a busca da eficiência econômica por meio da integração regional. Sobre esse assunto Cervo sustenta (2008: p. 152):

A globalização encantou os dirigentes latino-americanos dos anos 1990, a ponto de erigir-se o neoliberalismo de Estado como expressão ideológica e adaptada da doutrina liberal clássica. Os dirigentes, a equipe assessora dos governos e a maior parte da opinião pública adotaram de corpo e alma a nova visão de mundo, que realizava a convergência mundial em torno dos processos produtivos e de consumo, das liberdades de comércio e dos fluxos de capital.

É nesse contexto que são criados o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Sobre tais blocos Zárte (2008: p. 93) afirma:

[...] el MERCOSUR y la Comunidad Andina constituyen los casos más ambiciosos de procesos de integración regional de América Latina, con un objetivo común que va más allá de la mera liberalización comercial entre sus miembros, aspirando a conformar una unión aduanera dentro de sus respectivos espacios regionales.

O MERCOSUL foi criado em 1991 por meio do Tratado de Assunção e têm como signatários originários Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Já a CAN foi instituída em 1996, tendo por base o Pacto Andino de 1969 (originalmente Tratado de Cartagena) firmado pela Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru. De acordo com Pecequillo (2010: p. 239):

De 1991 a 1994, o MERCOSUL concentrou seus esforços na dimensão econômico-comercial, estando na base de sua criação o objetivo da formação da União Aduaneira e as livres trocas de capital e trabalho. Todas as discussões referentes ao comércio no bloco respeitam as demandas do GATT neste período, assim como as da Organização Mundial do Comércio (OMC). A partir de 1993, a dimensão de autonomia do MERCOSUL predominou sobre as políticas de alinhamento com a presidência de Itamar Franco. Franco, com Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores em suas respectivas gestões tornam o MERCOSUL ‘prioridade número um’ da agenda internacional. Somado ao aprofundamento da integração do Cone Sul, foi apresentada a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que serve de modelo para a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) e a UNASUL.

Entretanto, conforme Ramanzini Júnior & Vigevani (2010: p. 32 *apud* SOUZA, 2010): “o bloco visa à inserção internacional; desde o início, a questão da identidade regional não é central”.

De fato, é possível perceber que o caráter econômico-comercial do MERCOSUL e da CAN pautados pela era neoliberal desenvolve de maneira ineficiente a integração regional, mantendo as disparidades e assimetrias entre os países envolvidos. Com o intuito de alterar essa realidade e construir uma identidade sul-americana, a UNASUL foi criada em 2008, rompendo com todas as propostas de integração até então vivenciadas pela América Latina e calcando as bases de sua formação em um viés, sobretudo, político. Sobre isso Solón sustenta (2008: p. 15): “y, sobre el tema comercial en particular se consensuó, en la parte de los objetivos, una redacción amplia que enfatiza el tema del desarrollo económico, la superación de asimetrías y el bienestar de la población”.

1.1. O surgimento da UNASUL e a iniciativa brasileira

Conforme já elucidado anteriormente, a prioridade pela integração regional com ênfase na região sul-americana é muito recente. Sobretudo, ao se levar ao cabo a política externa brasileira. Couto (2009: p. 42; grifo do autor) expõe:

O que se pode perceber até aqui é que, de fato, a referência regional da identidade brasileira, a *circunstância* do *eu* diplomático brasileiro, sofreu um movimento de retração com o passar dos anos. Se se considera que a identidade internacional de um país é indicada com o conjunto de predicados que respondem a pergunta “quem sois?”. [...] O Brasil já foi americano, latino-americano e, atualmente, é sul-americano.

O processo de integração regional catalisado por meio da UNASUL pode ser considerado indissociavelmente atrelado à iniciativa brasileira. A efervescência da era neoliberal, o auge da globalização e a consolidação de uma nova ordem são aspectos essenciais para a compreensão do fenômeno sul-americano, além do ensejo de melhor aproveitamento dos recursos naturais da região.

Historicamente, a tentativa de construção da América do Sul como entidade política parece ser brasileira. De acordo com Cervo (2009); Costa (2009); Saraiva (2010, *apud* SOUZA, 2010: p. 34):

Quando o Barão do Rio Branco (1902-1912) estabeleceu relações especiais com os Estados Unidos, teve o cuidado de assegurar que excluíssem a América do Sul de sua área de intervenção. A diplomacia brasileira não elimina o conceito de América Latina, mas a partir dos anos 90, durante a gestão de Itamar Franco, a ideia de América do Sul como região diferenciada nos marcos da política externa brasileira começou a se desenhar.

A Área de Livre Comércio Sul-Americano (ALCSA) foi criada por Franco em 1993. De acordo com Menezes (2010: p. 16):

O objetivo dessa iniciativa era o de reunir, em um prazo de dez anos, o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile. Apesar de não ter prosperado à época [...] a iniciativa da ALCSA pode ser considerada um marco simbólico na defesa de um espaço sul-americano integrado e sinalizou o compromisso do Brasil com a integração entre todos os países da região.

O mais recente processo de integração sul-americano, entretanto, foi iniciado com a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), no ano 2000. O projeto agregava os 12 países sul-americanos e englobava perspectivas de integração econômica, infraestrutura e regimes democráticos. Em suma, a CASA foi criada em 2004 por meio da Declaração de Cuzco. Mateo (2007); Gajate (2007) sustentam:

Os objetivos iniciais foram ampliados com a Declaração de Cochabamba em dezembro de 2006, porém, não faziam parte dos objetivos do bloco à construção de novas instituições ou mecanismos que pudessem aprovar as decisões obrigatórias para todos os Estados-membros e nem a construção de um Órgão para Solução de Controvérsias. (*apud* SOUZA, 2010: p. 36)

A emergência da UNASUL se dá, pois, com o Tratado de Brasília em 2008. Havia uma necessidade crescente de reforço da institucionalização da CASA, integrando-se a CAN e o MERCOSUL. Com a UNASUL o projeto IIRSA poderia ser intensificado, além de a instituição possibilitar a representação de um novo ator político do cenário internacional, dialogando com os demais blocos. Temas não comerciais seriam priorizados trazendo algo inovador para o processo de integração latino e sul-americano. Sobre isso Ruiz (2010) elucida:

La UNASUR es la etapa más reciente del proceso de formación de un nuevo regionalismo en América del Sur que por primera vez incluya a la totalidad de los países de esta parte del mundo en un proyecto de contenido político, económico e social. [...] La creación de la UNASUR supone un cambio en la estrategia de construcción del regionalismo sudamericano. El argumento es muy simple: la UNASUR supone la adopción de un enfoque y una estrategia de integración que trascienden las metas originalmente propuestas en la Comunidad Sudamericana de Naciones. Este cambio de estrategia responde la dinámica política regional, en la cual nuevos actores han adquirido un mayor protagonismo e incluso liderazgo en el diseño del modelo de integración para América del Sur. (*apud* SOUZA, 2010: p. 34)

No que tange a construção da UNASUL como unidade geopolítica de inserção estratégica, Menezes (2010: p. 116) afirma:

A UNASUL é uma iniciativa pensada do ponto de vista geopolítico e representa uma inovação por se tratar de um exercício de autonomia da região frente ao histórico da presença institucional e política dos Estados Unidos. Para o presidente Lula da Silva, a UNASUL é uma tentativa de a própria região encontrar o entendimento para os seus problemas: “Na América do Sul nós ficamos muito tempo subordinados aos Estados Unidos e à Europa. A doutrina na América do Sul, muitas vezes, era ter o Brasil como império, o Brasil era o adversário. Então, restabelecer essa política de confiança entre nós [...] é preciso ter muita paciência política, muita disposição para conversar [...] O que não pode é a gente repetir os mesmos erros do século XX, em que todos os governantes da América Latina achavam que tinha que ficar ligados aos Estados Unidos, que era a salvação. E não é. É um trabalho duro”. Um dos objetivos da política externa de governo Lula da Silva é dotar a região de institucionalidade e assegurar a democracia. Neste caso, a UNASUL desponta como um novo mecanismo para a elevação do espaço sul-americano.

2. As linhas da política externa brasileira e o desenvolvimento da integração regional

A fim de que exista uma apreensão acerca de um determinado cenário internacional ou até mesmo de uma ordem é preciso buscar a análise de certos aspectos de conduta dos Estados, que mesmo com a emergência de novos atores no processo de “governança global”, tendem a ser os principais tomadores de decisões do cenário internacional. Por meio da diplomacia e da política externa dos mesmos, os Estados buscam garantir seus objetivos e interesses nacionais além de proporcionarem de forma determinante a configuração do ambiente em que estão inseridos.

Conforme Cervo (2008: p.8): “a diplomacia compreende a ação externa dos governos expressa em objetos, valores e padrões de conduta vinculados a uma agenda de compromissos pelos quais se pretende realizar determinados interesses”. Já a política externa confere à diplomacia um caráter normativo, direcionando os valores de conduta. Para Deutsch (1970):

A política externa de um Estado deve contemplar os seguintes objetivos: em primeiro lugar, a preservação de sua independência e segurança; em segundo lugar, a perseguição e a proteção de seus interesses econômicos; por último, suas políticas de ajuda econômica às nações estrangeiras, esforços para difundir a própria propaganda nacional e ideológica em países estrangeiros e seu apoio às missões de intercâmbio cultural e científico favoráveis a esse fim. (*apud* MIYAMOTO, 2011: p.7)

De acordo ainda com Cervo (2008) é mister que exista entre a diplomacia e a política externa de um país estratégias que busquem a maximização dos interesses definidos em termos de poder. Temática que já era defendida pelos clássicos da política como Maquiavel em *O Príncipe*: “Busque, pois, um príncipe triunfar das dificuldades e manter o Estado, que os meios para isso nunca deixarão de ser julgados honrosos [...]” (*apud* WEFFORT, 2004). Sobre a prática política e a adoção de estratégias Miyamoto (2011: p. 9) expõe:

Em certos momentos, os países distanciam-se ou aproximam-se mais das grandes potências, priorizam parcerias com países em desenvolvimento ou dos considerados emergentes, o que é perfeitamente normal, segundo a ótica de inserção internacional de quem comanda os destinos nacionais. Além do mais, os países podem ter posicionamentos coincidentes no plano político, mas discordar no econômico [...] Todos se adaptam às novas conjunturas internas e externas, atualizam-se os interesses dos detentores do aparelho de Estado no momento, e se existir um projeto político, operam modificando-o segundo suas próprias conveniências. Mas a política externa jamais cambia tanto que possa ser considerada como uma grande mudança na sua forma de atuar, na definição dos parceiros e na escolha das prioridades. É desta forma, *mutatis mutandis*, que o Brasil tem atuado no decorrer da sua história.

A discussão supramencionada deve ser ressaltada, na medida em que retrata os aspectos duradouros da política externa brasileira, bem como as tendências históricas sobrepostas à diplomacia. Cervo denomina esse aspecto de “paradigma da política exterior brasileira” e elenca alguns de seus conceitos-chave: autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo

normativo; ação externa cooperativa e não confrontacionista; parcerias estratégicas; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor e independência de inserção internacional. A utilização desses paradigmas como prática de conduta na política externa brasileira permite maior elucidação do caso do processo de desenvolvimento integracionista sul-americano. Sobretudo, no que tange aos quatro últimos conceitos expostos anteriormente (realismo e pragmatismo; cordialidade oficial no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor e interdependência de inserção internacional).

A prática do realismo e pragmatismo estaria ligada ao que a teoria denomina de realismo de conduta (CERVO, 2003) e consiste na adoção de uma posição não confrontacionista, buscando-se maximizar os ganhos e garantir os interesses postos em jogo via cálculo de custos-benefícios e em detrimento da adesão de determinados posicionamentos ideológicos, embora quaisquer posicionamentos, mesmo “neutros” revelam algumas ideologias intrínsecas. De acordo com Cervo (2008: p. 30):

O pragmatismo, evolução e estado avançado do realismo, demonstra a prevalência da esperteza diplomática sobre as forças profundas da economia e da sociedade, bem como sobre o processo decisório de outros governos [...]. A evolução do realismo ao pragmatismo qualifica, portanto, a conduta externa brasileira [...].

A aproximação do Brasil da América do Sul, juntamente com a tentativa de catalisar a construção de uma identidade sul-americana caracteriza uma posição de realismo de conduta e pragmatismo. A aproximação pelo viés ideológico é posta muito menos em evidência e busca-se, pois, por meio da interdependência a projeção internacional mais efetiva. Segundo Miyamoto isso está relacionado ao fato do país médio ter grandes aspirações de grandeza nacional. E assim, essa prática de conduta ainda pode ser corroborada pelo seguinte trecho de Gratius (*apud* ALLES, 2011: p.17): “A expressão potência média surge no período pós-Segunda Guerra para denominar países que ocupavam uma posição intermediária dentro do sistema internacional, por não possuírem dos recursos disponíveis apenas para uma potência de tipo hegemônico”. Alles (2011: p.17) considera que:

O ativismo das potências médias tem demonstrado que elas podem influenciar a agenda internacional de modo substantivo, embora nem sempre de acordo com as suas necessidades. Nesse sentido, suas políticas externas tem se caracterizado pela articulação de parcerias

estratégicas com outros países ou blocos político-econômicos, bem como a criação de fóruns [...] Essas iniciativas ocorrem *pari passu* aos meios diplomáticos mais consolidados, em especial, os organismos internacionais. Com o intuito de obter maior prestígio dentro dessas instituições, esses países recorrem a um leque de medidas que possam melhorar seu perfil político.

A cordialidade oficial no trato com os vizinhos está intimamente ligada ao realismo pragmático, bem como pela busca da cooperação, negociação e resolução de controvérsias por meio da diplomacia. Cervo (2008, p. 204) afirma que: “O propósito de realizar em comum, agregando boas intenções e boa vontade a iniciativas concretas e provocando o crescimento da civilização em todos os países, em benefício de cada um, constitui o traço central da cordialidade oficial [...]”.

O desenvolvimento como vetor é emergente, sobretudo, no momento em que o Brasil busca o avanço ou conquista de uma nova etapa no processo de industrialização, sendo que o Estado conferia nesse processo um papel predominante. Com o triunfo da era neoliberal, essa maneira de fomento ao desenvolvimento foi rearticulada, sendo conferido também a outros agentes do cenário internacional o papel do desenvolvimento. A UNASUL, portanto, como ator jurídico e político que busca a construção de uma identidade sul-americana, além de aumentar a integração por meio da infraestrutura posta em projetos como o IIRSA, tem no desenvolvimento um dos paradigmas base para a sua formação e consolidação. Afim, também, de possibilitar dessa maneira uma redução das assimetrias regionais evidentes.

O paradigma da interdependência de inserção internacional caminha junto com o histórico de tentativas de integração regional latino-americano. Trata-se de um processo de busca pelo desenvolvimento, integração e, sobretudo, autonomia³. A autonomia de inserção conforme Cervo (2008: p. 31): “[...] não elimina os condicionamentos externos, mas sugere dominá-los em proveito próprio, submeter à sorte e as circunstâncias e comandar o destino, em vez de apenas sofrer seus efeitos”.

Mesmo que existam, pois, certos padrões de conduta relacionados à tradição diplomática brasileira é preciso considerá-los de forma analítica, na medida em que tais

³ SARAIVA, Miriam Gomes. *A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalismo pragmático X autonomistas*. Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com/13330/miriam-gomes-saraiva-a-diplomacia-brasileira-e-as-vises-sobre-a-insero-externa-do-brasil-institucionalismo-pragmatico-x-autonomistas>> Acesso em: 15 de agosto de 2011.

processos estão condicionados a determinado cenário, contexto e interesses. Sobre isso, Mariano & Mariano (2008: p. 99) advogam:

Existe no Brasil uma tradição de tratar a política externa a partir de conceitos e pressupostos sobre uma continuidade histórica sobre a ação diplomática [...]. No entanto, tem crescido o debate sobre possíveis alterações após a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, fato esse que representa a chegada ao poder de uma nova elite política e, portanto, de novos interesses e nova base de sustentação.

A nova política externa brasileira é marcada pelo neoliberalismo dos anos 1990, e também segundo Cervo, pela ascensão do Estado Logístico, “empresário”, que busca o desenvolvimento interno e a internacionalização econômica. O núcleo nacional é fortalecido nesse momento e o viés da interdependência de uma nova ordem favorece o fortalecimento dos blocos econômicos e da integração regional.

3. O Estado logístico e a política externa brasileira: a política externa do governo Lula e o desenvolvimento da integração regional

Primeiramente, faz-se necessário analisar o que afirmou o Ministro das Relações Exteriores do governo Lula, Celso Amorim (2010):

A integração é da América Latina e do Caribe, do ponto de vista político, é assim que deve ser tratada, é um mandato constitucional. E o MERCOSUL é uma realidade histórica que já tem mais de vinte anos. Quando o presidente Lula assumiu, a intenção era fortalecer a integração, sobretudo da América do Sul porque achávamos que era mais factível, a proximidade geográfica geraria possibilidades em infra-estrutura, no trânsito de pessoas, facilidades para investimento e comércio. Nossa preocupação foi consolidar o MERCOSUL, que não é tarefa fácil porque estamos diante de países importantes, mas com tamanho e economias diferentes. Então, as tensões são muitas. [...] Melhoramos a situação do MERCOSUL e ao mesmo tempo lançamos essa integração de toda a América do Sul. Isso nos primeiros três anos de governo. Trabalhamos primeiro com a ideia de firmar um acordo MERCOSUL e Comunidade Andina, o que criava um espaço comercial único em praticamente toda a América do Sul. Guiana e Suriname são casos à parte, são mais frágeis. A partir daí, criaram-se as bases para o que inicialmente se chamou de CASA e, depois, União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A declaração do ex-ministro Amorim acerca da política externa brasileira voltada para o movimento de integração regional é bem descritiva no que tange à

problemática estudada. Os objetivos de integração estão, de fato, previstos na Carta de 1988 em seu artigo 4º, direcionado ao regimento das relações internacionais do país. Entretanto, o governo Lula constitui-se como um marco no que se refere à autonomia e desenvolvimento de tal integração.

Saraiva (2010), Vigevani & Cepaluni (2007) ressaltam que:

Com o governo Lula da Silva (2003-2010), houve um reforço da corrente autonomista dentro do Itamaraty, cujo principal objetivo seria a construção da liderança regional e a ascensão para a posição de potência global. [...] Essa influência orienta-se para a “criação de uma identidade comum no processo de integração regional sul-americano, propondo um aprofundamento em termos políticos e sociais e, também, uma maior disposição brasileira para arcar com os custos desse processo”. (*apud* SOUZA, 2010: p. 35)

Mesmo ao se levar em conta a singularidade do período Lula, a importância do papel da diplomacia presidencial, dentre outros aspectos, a literatura que aborda o desenvolvimento da integração regional tende a convergir de que a aceleração do processo nesse momento está intimamente ligada ao contexto internacional vigente, a evidência e a preferência pela intergovernabilidade e interdependência como maneira estratégica de inserção internacional adotada pelas potências médias. Sennes (2001), Marques (2005) sustentam:

[...] As potências médias priorizam a construção de coalizões nas arenas multilaterais como forma de diminuir o poder relativo das grandes potências, o que explica a necessidade de aceitarem a construção destas organizações internacionais. No entanto, no nível regional buscam aumentar sua capacidade de influenciar as nações menores, gerando zonas de influência regional com o objetivo de diminuir as possibilidades de atuação direta e indireta de outras potências. (*apud* MARIANO & MARIANO, 2008: p. 103)

As mudanças na dinâmica internacional trazidas com o fim do século XX proporcionaram o fomento do “regionalismo aberto”, o que Cervo & Bueno (2008: p. 492; grifo dos autores) descreveram como o fato de que o país:

Deixou para trás mecanismos de inserção dependente para situar o Brasil entre as nações que andam por si à busca de seu destino, tendo, porém, o apoio de seus governos, convertidos em agentes logísticos. [...] Os traços que caracterizam a ordem internacional durante a transição do milênio revelam uma efervescência entre atores e poderes. [...] A supremacia desse velho capitalismo e de sua logística

global mede forças com nações emergentes, que também se aproximam entre si para domar o curso da globalização. Ao norte, observa-se o que Bertrand Badie chama de *impotência da potência*; ao sul, o jogo do *contrapoder*, segundo Gilberto Dupas, reconhecendo ambos os autores a insuficiência dos Estados nacionais.

Compreender o papel do Estado nesse meio é fundamental, pois, para identificar sua conduta política perante tais circunstâncias. Cervo & Bueno atribuem ao Estado, no período Lula, o atributo de *Logístico*. Tal mudança de paradigma revelaria um dos fatores essenciais para se apreender a política externa brasileira voltada para o desenvolvimento da integração regional. De acordo com esses autores:

Logístico é aquele Estado que não se reduz a prestar serviço, como fazia à época do desenvolvimentismo, nem a assistir passivamente às forças do mercado e do poder hegemônico, como se portava à época do neoliberalismo. Logístico porque exerce a função de apoio e legitimação das iniciativas de outros atores econômicos e sociais. Contrariamente à presunção da literatura acerca da globalização, esse novo paradigma introduzido por Cardoso e consolidado por Lula não admite que diante das forças internacionais os governos sejam incapazes de governar. (CERVO & BUENO, 2008: p. 494-495)

E ainda Couto (2010: p. 26) complementa:

[...] O próprio surgimento do estado logístico contribui para a integração sul-americana, na medida em que percebe a importância dos elementos intangíveis de geração de conhecimento, ciência e tecnologia, e daí inovação, para a consecução da competitividade sistêmica do país e tenta fortalecer essa capacidade de poder a partir da plataforma regional. Ainda, percebe na região a plataforma preferencial de internacionalização das empresas nacionais, que se converte em captação de poupança externa para fortalecer seu próprio desenvolvimento, enquanto contribui para o desenvolvimento dos países vizinhos.

Além da ascensão do Estado logístico Cervo e Bueno caracterizam a estratégia de inserção internacional brasileira como um “globalismo industrialista”, pautado no multilateralismo da reciprocidade e na internacionalização econômica. O primeiro conceito, como já fora brevemente explorado, vai de encontro com a teoria da estabilidade hegemônica e visa garantir certa reciprocidade de efeitos em uma ordem supostamente unipolar. Por meio do multilateralismo busca-se, pois, uma redução de

assimetrias em âmbito global. A internacionalização econômica, por sua vez, se estende a abertura das economias, que por meio dos investimentos diretos externos buscam aumentar a competitividade e produtividade em escala global. No que tange ao aspecto da integração regional os autores destacam que: “[...] a integração destina-se a criar o pólo regional com que melhor se possa realizar metas do multilateralismo da reciprocidade e da globalização da economia brasileira”. (CERVO & BUENO, 2008: p. 513).

A busca pela autonomia é outra constante que marca a política externa do governo Lula frente ao desenvolvimento da integração regional. Tal fato está intimamente ligado ao conceito de multilateralismo, bem como à formulação de uma política externa independente. De acordo com Saraiva (2010: p. 4 -5):

Em grande medida, os autonomistas são tributários do desenvolvimentismo no campo econômico. Identificam a integração como um instrumento de acesso a mercados externos, como mecanismo de fortalecimento do país nas negociações econômicas internacionais, e também como canal para novas perspectivas de projeção das indústrias brasileiras na região.

Saraiva advoga ainda que a vertente autonomista no Itamaraty facilitou a convergência do comportamento brasileiro mais proativo na cooperação com os países vizinhos, bem como na aceitação das diferentes opções políticas da região.

Existem ainda, diversas discussões acerca do papel desempenhado pela liderança da política externa brasileira na América do Sul. Sobre isso Fier (2010: p. 65) destaca:

[...] Há dois tipos de cobrança ao Brasil. Uma daqueles que dizem: “O Brasil quer ser imperialista, quer nos impor uma condição, sair do imperialismo americano e nos colocar no seu”. É mais uma acusação do que uma cobrança. Não posso dizer que vem de parlamentares só de direita ou de esquerda, nos dois campos tem esse olhar. E o outro é o contrário, é dizer que o Brasil está tímido, que tem que cooperar mais e liderar o processo.

Para que haja maior avanço no processo de integração é necessário que existam maiores concessões e investimentos, sobretudo, em infraestrutura. Entretanto, tal iniciativa uma vez liderada pela principal economia da região, por vezes, assume um

viés neoimperialista⁴, podendo até, segundo alguns autores, acirrar ainda mais o quadro de assimetrias da região.

Nessa linha de raciocínio Mello, Marreiro e Ferraz (2011)⁵ sustentam:

A expansão da influência do Brasil na América do Sul começa a gerar um sentimento antibrasileiro na região. Ao mesmo tempo em que o chamado consenso de Brasília é um modelo de sucesso econômico que os países da região querem emular, a crescente presença de empresas brasileiras nas nações vizinhas desperta desconfiança.

E Almeida (2007: p. 17-18) complementa:

Os próprios desacordos entre os países da região quanto às suas prioridades respectivas e a desconfiança histórica em relação ao peso específico do Brasil vêm dificultando o exercício do que muitos observadores consideram ser a “liderança natural” do Brasil numa região ainda pouco integrada fisicamente – os obstáculos geográficos são respeitáveis – e com grandes disparidades econômicas e sociais – as chamadas “assimetrias”. A noção de “liderança regional” foi sempre afastada pela diplomacia tradicional do Brasil, pelo reconhecimento dos problemas que uma afirmação desse tipo causaria na região, mas ela foi por um momento “flertada” pela atual diplomacia, com base inclusive em demandas feitas por alguns dos países menores (talvez desejosos de uma cooperação econômica mais importante, obviamente em bases não-recíprocas).

Entretanto, conforme o mesmo autor (2007: p. 19):

Essa “liderança não consentida” na região sul-americana – não assumida plenamente, mas ainda assim real, em termos de mercados, de investimentos brasileiros crescentes e de projetos de obras transfronteiriças de infraestrutura –, não implica que o Brasil pretenda falar em nome dos demais países, inclusive porque estes não permitiriam que isto ocorresse, por uma série de razões históricas e geopolíticas.

A vertente que advoga a existência do subimperialismo brasileiro calcada na problemática da dependência formulada por Ruy Mauro Marini, entretanto, analisa a

⁴ BUENO, F.; SEABRA, R. *A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea*. Disponível em: <<http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Lateoradelsubimperialismobrasileiro.pdf>>. Acesso em: 14 de fev. de 2012.

⁵ MELLO, P. C.; MARREIRO, F.; FERRAZ, L. *Países vizinhos reagem a Brasil "expansionista"*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/934867-paises-vizinhos-reagem-a-brasil-expansionista.shtml>>. Acesso em: 26 de jul. de 2011.

atuação brasileira sobre outra perspectiva. Marini (*apud* BUENO E SEABRA, 2009: p.1; grifo do autor) define o subimperialismo como:

“(...) la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero(...)”, desdobrando-se em “(...) el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma(...)” e uma dinâmica econômica dirigida por “(...) una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales(...)”, o que “(...) no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema productivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonía ejercida por el imperialismo a escala internacional(...)”, implicando não apenas na busca de mercados externos como forma de superar entraves ao processo de acumulação de capital, como também no aumento da influência política sobre outros países e mercados.

Já Luce (2007: p. 12) afirma que: “enquanto potência média, o Brasil exerceria no subsistema regional de poder sul-americano um papel análogo ao dos Estados imperialistas, porém sob laços de dependência perante as economias dominantes”.

Essa vertente teórica expõe como fundamental a participação da burguesia e das empresas brasileiras vinculadas ao ensejo da integração. Barros (2011 *apud* MELLO, MARREIRO e FERRAZ, 2011) coloca que: “a América do Sul é um espaço de acumulação das empresas, mas também é um espaço de legitimação da política externa brasileira”, Sennes, nesse mesmo artigo, sustenta que o Brasil tem um discurso que reduziria “as assimetrias na região” e ajudaria “os vizinhos a se desenvolverem, nos moldes do que foi feito na integração europeia. [...] Mas, até agora, a estratégia não tem sido bem-sucedida. O Brasil acaba transbordando sua economia para os países vizinhos de forma não organizada” (*apud* MELLO, MARREIRO e FERRAZ, 2011).

É o que pode ser elucidado, por exemplo, com o fato de que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos principais financiadores do IIRSA, auxiliando bastante a promoção da indústria brasileira e, por vezes, fomentando ainda mais o conflito entre desenvolvimento integracionista e assimetrias regionais.

A UNASUL constitui-se, pois, como um projeto incipiente de integração regional. Mesmo o tratado constitutivo tendo origem em maio de 2008, a instituição só adquiriu caráter jurídico depois da ratificação do nono membro, o Uruguai, em março de 2011. Brasil, Paraguai e Colômbia foram, respectivamente, os últimos membros a aderirem ao Tratado. Hoje, a instituição detém o status de observadora na Assembleia Geral das Nações Unidas, o que lhe confere um caráter mais globalizante. Entretanto,

existem ainda muitos desafios para serem superados no âmbito da integração continental, sobretudo, na redução das assimetrias sócio-econômicas. Com efeito, uma vez afastadas ou reduzidas tais assimetrias, a integração pode se concretizar, além de possibilitar o surgimento a partir daí de uma identidade sul-americana, como está previsto em seu Tratado Constitutivo.

Considerações Finais

Ao se levar em conta os processos de integração vivenciados pela América Latina, é possível destacar que a América do Sul, de fato, vive um momento sem precedentes na História. Trata-se de uma tentativa de buscar maior autonomia regional, via cooperação e interdependência, representadas pela institucionalização da UNASUL.

A instituição que predomina em sua essência o viés político, além de prezar pelo fomento da construção de uma identidade sul-americana, parece promover uma integração mais efetiva quando deixa em segundo plano o caráter integracionista econômico-comercial. O que não foi adotado pelos processos de integração anteriores que, além de deixarem em evidência as grandes assimetrias econômicas, detinham grande influência das estratégias adotadas pelas economias centrais. A busca pelo aumento da integração física por meio do IIRSA, mesmo polêmico ou problemático, pode também se constituir como um diferencial em relação aos demais processos adotados anteriormente.

A política externa brasileira revelou estar intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento e consolidação da UNASUL e à aceleração da integração regional. Além de tal prioridade em relação à América Latina estar prevista na Carta de 1988, o governo Lula traz como estratégia brasileira a opção pelas parcerias regionais e do eixo Sul-Sul. Isso, em grande medida, é visto como um novo meio de inserção e projeção internacional adotado por potências emergentes perante a reconfiguração da ordem internacional contemporânea. De certo modo, através dessa empreitada, os países menores ficam menos vulneráveis aos ensejos das economias dos países centrais.

Entretanto, a postura de liderança adotada pelo Brasil (mesmo que às vezes de forma não declarada) é interpretada por alguns autores como um ato de subimperialismo, em que se busca a alteração da hegemonia dominante para que se possa exercer domínio efetivo sobre a região em foco. Isso pode ser elucidado pela parceria do capital privado brasileiro na execução dos projetos previstos de

infraestrutura e muitas vezes na sobreposição dos interesses brasileiros em relação às demais economias. Assim, observa-se que as assimetrias econômicas ainda estão sobressalentes, tornando-se emergente em algumas regiões até mesmo um sentimento “antibrasileiro”.

Portanto, mesmo que a UNASUL juntamente com a política externa do governo Lula tenham sido símbolos do desenvolvimento da autonomia e cooperação entre os países sul-americanos, a integração regional, ainda que tenha avançado, é incipiente. Existem ainda vários desafios para que as diversas assimetrias econômicas regionais possam ser superadas e a integração possa ser promovida verdadeiramente. Vale ressaltar ainda, que o modelo de integração europeu – por meio da União Européia –, embora seja calcado em um padrão econômico-comercial e monetário, de certa forma constitui-se como um modelo para as demais instituições, por ser o primeiro modelo de integração a se desenvolver e prosperar, mesmo com as sérias dificuldades que atualmente atravessa. Uma vez que tal modelo se encontra em crise, o paradigma relacionado às vantagens da integração parece ser colocado em xeque, colocando igualmente senão em questão, pelo menos na incerteza, mais uma vez, a viabilidade do avanço da integração latino e sul-americana.

Bibliografia

AMORIM, C. *Sem medo de decidir*. In: **A nova política externa**. 2003-2010: o Brasil em transformação. Volume 4. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2010.

ALLES, L. M. *A não-indiferença na política exterior brasileira: a maneira de intervir da diplomacia Lula da Silva*. Porto Alegre. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Mestrado.

ALMEIDA, P. R. *O Brasil como ator regional e como emergente global: estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional*. **Revista Cena Internacional**. Brasília. 2007. Disponível em:
<<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1748BrAtorGlobCenaIntern.pdf>> Acesso em: 16 de fev. 2012.

BARRIOS, M. A. *Estrategia y Geopolítica de América Latina en el Sistema Mundo del siglo XXI*. Material disponibilizado pelo autor no mini-curso: A globalização e seus reflexos multidimensionais na América do Sul. Fadir- UFU. 18 a 20 de out. 2011. Uberlândia – MG.

COUTO, L. F. **O horizonte regional do Brasil: integração e construção da América do Sul**. Curitiba: Juruá Editora. 2009.

COUTO, L. F. *Política externa brasileira para a América do Sul: as diferenças entre Cardoso e Lula*. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre. 2010. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/5160>>.

Acesso em: 16 de fev. 2012.

CERVO, A. L. *Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. **Revista Brasileira de Política Internacional** [online]. 2003, vol. 46, n. 2, pp. 5-25. ISSN 0034-7329. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>>. Acesso em: 14 de fev. 2012.

CERVO, A. L. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

CERVO, A. L. e BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008

FIER, F. *A política externa e a integração regional*. In: **A nova política externa**. 2003-2010: o Brasil em transformação. Volume 4. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2010.

LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Porto Alegre. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de mestrado.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. In: WEFFORT, F. (org.). **Os clássicos da Política**. Vol 1. São Paulo: Editora Ática. 2004.

MARIANO, K. L. P e MARIANO, M. P. *A formulação da política externa brasileira e as novas lideranças políticas regionais*. In: **Perspectivas**: revista de Ciências Sociais. São Paulo: UNESP, 2008.

MENEZES, R. G. *A liderança brasileira no marco da integração sul-americana*. São Paulo. 2010. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado.

MYIAMOTO, S. *As grandes linhas da política externa brasileira*. Brasília, DF. CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 45).

NETO, D. M. *A política externa brasileira dos oito anos do governo Lula: legados e lições para a inserção do Brasil no mundo*. In: **“Nunca antes na história desse país”...?:** um balanço das políticas do governo Lula. Org. Marlene de Paula. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2011.

PECEQUILO, C. S. **Manual do candidato: política internacional**. Brasília: Ed. Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

SARAIVA, M. G. *Política externa brasileira para os países sul-americanos durante o governo Lula: entre a América do Sul e o MERCOSUL*. Recife. 2010. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2010/arquivos/16_7_2010_23_5_5.pdf>. Acesso em: 16 de fev. 2012.

SOLÓN, P. *Reflexiones a mano alzada sobre el Tratado de UNASUR*. In: **Revista de la Integración**: La construcción de la integración suramericana. Nº. 2, 2008. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/public/revista_2.htm>. Acesso em: 16 de fev. 2012

SOUZA, D. R. H. T. *O surgimento da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o futuro da integração regional na América do Sul*. São Paulo. 2010. Centro Universitário Ibero-Americano. Trabalho de Conclusão de Curso.

VIGEVANI, T.; RAMANZINI Jr., H.; CORREIA, R. A. *Relação entre política externa doméstica e integração regional: uma interpretação do Brasil no governo Lula da Silva*. In: AYERBE, L. F. (org). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: Editora UNESP/Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP: 2008. pp. 83-116.

ZÁRATE, V. C. *La convergencia entre la CAN y el MERCOSUR, y la nascente UNASUR: ¿Luz al final del camino?*. In: **Revista de la Integración**: La construcción de la integración suramericana. N°. 2, 2008. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/public/revista_2.htm>. Acesso em: 16 de fev. 2012